

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS EDUCAÇÃO  
CURSO PEDAGOGIA - LICENCIATURA

Ana Maria Machado

**Elementos históricos da criação da Fundação Catarinense de Educação  
Especial (1968-1996)**

Trabalho de Conclusão de Curso elaborado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação da Prof<sup>o</sup> Dr. Ademir Valdir dos Santos (EED/CED/UFSC).

Florianópolis

2022

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe, e ao meu irmão, que sempre foram meu suporte emocional e financeiro, me apoiaram do início ao fim da graduação. Obrigada por existirem, sem vocês nada disso seria possível.

Agradeço ao meu companheiro de vida João Ricardo Pereira Junior, ou chamado carinhosamente por mim de Nego, obrigada por me ajudar, por me apoiar, e por nunca ter me deixado desistir.

Agradeço à minha amiga Daniela Silva, que sempre esteve comigo desde a adolescência. Obrigada por todos os momentos, e por sempre se fazer presente da sua forma em minha vida.

Agradeço ao meu orientador Dr. Ademir Valdir dos Santos, que sempre esteve comigo nesse processo de escrita e que sem a ajuda do senhor, esse trabalho jamais teria sido concluído. Serei eternamente grata, e não tenho palavras para expressar a minha gratidão por toda a ajuda, compreensão e dedicação que tivesse comigo.

Agradeço a todos os professores que estiveram comigo ao longo desses anos, os quais me ensinaram a sobre muitas facetas da criança e da infância. Obrigada. Por fim, agradeço a Universidade Federal de Santa Catarina, pois sem ela este processo de formação não seria possível!

## RESUMO

Este estudo tem como objeto o processo de criação e institucionalização da Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), considerando-se os contextos históricos de constituição dos serviços de atendimento relacionados à Educação Especial no cenário nacional e, mais especificamente, em Santa Catarina. A metodologia conjuga a pesquisa bibliográfica à documental, neste caso com uso de fontes da imprensa. Os resultados indicam que a criação da Fundação Catarinense de Educação Especial, que se deu no ano de 1968, é um processo que sofreu influências de vários aspectos do meio social, político e econômico, mas, principalmente, se deve aos investimentos na criação das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs), que funcionaram como um motor propulsor que catalisou esforços individuais e coletivos para o atendimento às pessoas com deficiência, notadamente crianças. Além disso, percebemos que a atuação institucional foi impulsionada pelas perspectivas de Educação Especial presentes naquele contexto inicial, principalmente relacionadas ao denominado paradigma dos serviços, posteriormente absorvendo as novas características formativas e pedagógicas que foram surgindo até chegar à década de 1990, momento em que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de alguma forma consolidou a presença dessa modalidade no cenário educacional.

**Palavras-chave:** Educação Especial; Fundação Catarinense de Educação Especial; História da Educação Especial.



## Lista de Figuras

Figura 1	Matéria convidando a apoiar a criação da APAE	22
Figura 2	Notícia sobre campanha da APAE para angariar recursos	28
Figura 3	Oração para a Mãe do Excepcional	29
Figura 4	APAE Utilidade Pública	34
Figura 5	Meu filho é retardado mental, que fazer?	35
Figura 6	Sede da APAE Florianópolis em 1968	39
Figura 7	Aspectos do atendimento na APAE Florianópolis em 1968	40

## SUMÁRIO

Introdução	6
1 O atendimento às pessoas com deficiência no Brasil: Indicativos e apontamentos sob perspectiva histórica	9
1.1 O atendimento às pessoas com deficiência no Brasil: alguns indicativos	9
1.2 O atendimento às pessoas com deficiência em Santa Catarina: alguns apontamentos	16
2 Elementos da Criação e Atuação da Fundação Catarinense de Educação Especial. (1968-1996)	20
2.1 Para os “excepcionais” e “retardados”: a atenção às pessoas com deficiência na década de 1960 em Santa Catarina: as APAEs como propulsoras da criação da Fundação Catarinense de Educação Especial	20
2.2 Elementos históricos da criação da Fundação Catarinense de Educação Especial (1968-1996)	36
Considerações finais	45
Referências e Fontes	47

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho, apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) sob o título “Elementos históricos da criação da Fundação Catarinense de Educação Especial (1968-1996)”, representa o interesse sobre um tema que emergiu logo após iniciar atividades em estágio não obrigatório no Núcleo de Desenvolvimento Infantil – NDI, em que tivemos a oportunidade de aprofundar discussões sobre a temática da Educação Especial, bem como estabelecer, diariamente, um convívio com crianças com deficiências.

A questão da educação é um aspecto importante das práticas educativas contemporâneas e, nesse sentido, desde o século passado vem surgindo instituições para o atendimento de pessoas com deficiências no mundo, no Brasil e em Santa Catarina, notadamente. E quanto a uma conceituação, temos que ela implica uma atuação no campo educacional que solicita recursos pedagógicos e de tecnologia em particular, que visam o ensino e a reabilitação, geralmente sob perspectiva multidisciplinar.

A educação especial deve ser entendida como processo interdisciplinar que visa à prevenção, ao ensino e à reabilitação da pessoa com deficiência, condutas típicas e altas habilidades, objetivando sua inclusão mediante a utilização de recursos pedagógicos e tecnológicos específicos. Em âmbito educacional, como uma modalidade que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, organizada para apoiar, complementar e suplementar a aprendizagem dos educandos. (Santa Catarina, 2009, p. 22).

Diante desse cenário, o estudo tem por objetivo caracterizar elementos históricos da criação da Fundação Catarinense de Educação Especial no estado de Santa Catarina, compreendendo um âmbito cronológico entre 1968, ano da criação desta Fundação e 1996, quando foi exarada uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em que os conteúdos sobre a Educação Especial dialogam com perspectivas contemporâneas sobre a questão.

Sob o ponto de vista metodológico, é uma pesquisa de caráter bibliográfico e documental. Quanto ao caráter bibliográfico, utiliza como referências livros, artigos e

a legislação pertinente, dentre tal referencial tendo ainda como base o Livro Ouro publicado no ano de 2018 em comemoração aos 50 anos da Fundação Catarinense de Educação Especial, sob o título “FCEE – 50 Anos. Uma história de inclusão: 1968 – 2018” e também a obra “Avaliação do processo de integração de alunos com necessidades especiais na rede estadual de ensino de Santa Catarina no período de 1988 a 1997”. Já sob o cunho documental, foram consultadas edições do jornais O Estado do período da década de 1960, disponíveis na Hemeroteca Digital Catarinense, que trazem aspectos da configuração desse campo no contexto catarinense.

O texto se estrutura em duas partes principais, organizadas em duas subseções. No primeiro capítulo, sob o título “O atendimento às pessoas com deficiência no Brasil: indicativos e apontamentos sob a perspectiva histórica”, trazemos um mapeamento da história nacional da educação especial, para buscar compreender como foi este foi se consolidando, e em seguida caracterizar elementos de sua trajetória no campo educacional. De início, sob o título “O atendimento às pessoas com deficiência no Brasil: alguns indicativos”, apresentam-se elementos do percurso do que denominamos Educação Especial no cenário brasileiro, partindo do período do Império e chegando a século XX, focalizando o processo de institucionalização dos abandonados que tinham alguma deficiência, como nos casos da cegueira e surdez, depois abordando o atendimento à deficiência intelectual ou mental – que por vezes foi chamada de loucura -, e, novamente, contemplando a surdez, agora no contexto das décadas de 1930 e 1940. E na outra das subseções, denominada “O atendimento às pessoas com deficiência em Santa Catarina: alguns apontamentos”, tivemos como objetivo um breve estudo da história da educação especial no nosso estado.

Quanto ao segundo capítulo, sob o título “Elementos da criação da Fundação Catarinense de Educação Especial (1968-1996)”, está dividido em duas partes. Numa primeira subseção, intitulada “Para os “excepcionais” e “retardados””: a atenção às pessoas com necessidades especiais na década de 1960 em Santa Catarina: as APAEs como propulsoras da criação da Fundação Catarinense de Educação



Especial”<sup>1</sup>, apresentamos diversos aspectos divulgados na imprensa local, indicando como os movimentos para a institucionalização das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais tiveram forte influência para a criação da Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE). A segunda parte, por sua vez, com título que remete àquele que denomina este trabalho de conclusão de curso, traz a formulação “Elementos históricos da atuação da Fundação Catarinense de Educação Especial (1968-1996), pois é nessa etapa do trabalho que vamos apresentar os marcos da criação da FCEE, assim como relacioná-los ao que foi inserido nos marcos da legislação, principalmente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional promulgada em 1996.

---

1 Termos como Excepcionais, retardados, portadores de necessidades especiais e loucos foram utilizados conforme as referências, dado o caráter histórico do estudo.

## **1. O ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL: INDICATIVOS E APONTAMENTOS SOB PERSPECTIVA HISTÓRICA.**

Esta seção está dividida em duas partes, cujo teor é orientado por uma perspectiva de abordagem histórica. Na primeira delas, denominada “O atendimento às pessoas com deficiência no Brasil: alguns indicativos”, trazemos alguns indicativos sobre o percurso do que denominamos Educação Especial no cenário brasileiro, partindo do período do Império e trazendo elementos do século XX, focalizando o processo de institucionalização dos abandonados que tinham alguma deficiência (cegueira, surdez), depois abordando a questão do atendimento à deficiência intelectual ou mental (por vezes chamada de loucura) e, novamente, da surdez, agora no contexto das décadas de 1930 e 1940.

A outra subseção compreende “O atendimento às pessoas com deficiência em Santa Catarina: alguns apontamentos”, em que focalizamos principalmente aspectos históricos do atendimento à deficiência mental.

### **1.1 O atendimento às pessoas com deficiência no Brasil: alguns indicativos**

A trajetória da Educação Especial no contexto brasileiro teve início no século XIX, ainda no período Imperial, quando instituições religiosas começaram a receber nas rodas dos expostos também crianças com alguma deficiência, além daquelas abandonadas ou órfãs. Segundo Leão Júnior e Gatti (2016, p.391-392):

Para buscar um entendimento sobre a origem da educação especial no Brasil é preciso retroceder ao século 19, quando as crianças com deficiências eram abandonadas nas portas de conventos e igrejas e eram cuidadas por religiosos. A implantação da roda dos expostos nas Santas Casas de Misericórdias do Brasil, em Salvador, no Rio de Janeiro e em Recife, efetivou a institucionalização dos cuidados por religiosos não somente às crianças abandonadas e órfãs, mas também àquelas com algum tipo de deficiência ou doença. Nesse espaço eram protegidas, alimentadas, recebiam educação e os cuidados necessários até certa idade. Depois, outros destinos eram dados a elas dependendo da idade e do sexo.

Quanto às ditas rodas dos expostos, era um mecanismo usado para abandonar recém-nascidos, construído em forma de tambor ou portinhola giratória

que era embutido numa parede, de tal forma que quem trazia a criança não era visto por aquele que a recebia. Sobre isso, Galvani e Vinente (2020, p.981) explicam sobre o seu período de funcionamento e indicam algumas das localidades onde foram implantadas.

A Roda dos Expostos funcionou no Brasil entre 1726 e 1950, como uma medida assistencial de acolhimento, baseada em um sistema de proteção à criança abandonada. As formas desse atendimento seguiam a tradição portuguesa e foram implantadas em Salvador (1726), no Rio de Janeiro (1738), em Recife (1789) e São Paulo (1825).

Ainda segundo tais autores, pode-se afirmar que isso aconteceu, portanto, devido a ações isoladas de sujeitos ou grupos, movidos pelos ideais do cristianismo, associados a ações de caridade e em nome do amor ao próximo. No caso das crianças recolhidas, isso também as livrava de um destino cruel devido ao abandono. Ou seja:

Pode-se dizer que tal prática é consequência da pregação do cristianismo, com a doutrina da caridade e o amor pelos indivíduos. Sendo assim, tal como os indigentes, os abandonados e nascidos com deficiência deveriam manter-se vivos e abrigados em hospitais de caridade. Esse dado é significativo, haja vista que antes da abertura da roda dos expostos as crianças com deficiência, no Brasil, eram “abandonadas em lugares assediados por bichos que muitas vezes as mutilavam ou matavam” (Jannuzzi, 2012, p. 8). (LEÃO JÚNIOR; GATTI, 2016, p.392).

A partir dali, aos poucos vai se caminhando na direção do estabelecimento de um conjunto de fatores como as mudanças de valores e de atitudes no meio social, rumando para a materialização da oferta de atendimento às pessoas com deficiência. Quer dizer que: “Nesse caso, dependia de uma alteração no clima social, de meios materiais e políticos que pudessem abrir espaços e influenciar as pessoas de toda a sociedade da época para propor novas iniciativas ao atendimento dos portadores de necessidades especiais” (LEÃO JÚNIOR; GATTI, 2016, p.392).

Agora em se tratando do atendimento escolar às pessoas com deficiência, cabe atentar para as referências à relevante obra de Mazzotta (2011), intitulada “Educação especial no Brasil: história e políticas públicas”, segundo a qual o atendimento em escolas iniciou com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, seguido do Instituto Imperial dos Surdos-Mudos.

De acordo com Mazzotta, o atendimento às pessoas com deficiência teve início no Brasil em 1850, quando em 1854 com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, que possuía como objetivo a instrução secundária, a educação moral e religiosa, e o ensino de música. Em 1991 passaria a se chamar Instituto Benjamin Constant - IBC. Após três anos da criação do Instituto dos Meninos Cegos, em 1857 foi criado o Instituto Imperial dos Surdos-Mudos, que em 1957 passaria a se chamar Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES (LEÃO JÚNIOR; GATTI, 2016, p.392).

Destarte, ao final do século XIX aumentou o interesse da sociedade pela educação das pessoas com deficiência. E em decorrência disso, também as questões relacionadas aos deficientes intelectuais começaram a receber visibilidade, pois passou a se ter o entendimento de que era preciso "ajustar" o sujeito com deficiência à sociedade. Conforme Romero e Souza (2016, p.3095), somente após 20 anos da criação do primeiro Instituto voltado para atender a população cega, ou seja, em 1874, é que teve início o atendimento aos deficientes intelectuais no Hospital Psiquiátrico da Bahia, hoje denominado Hospital Juliano Moreira.

Desse modo, no princípio o que se buscava era uma possibilidade de tratamento médico, ao mesmo tempo em que se afastava a família e a sociedade do peso de lidar com sujeitos sobre os quais pouco se sabia, o que resultava em exclusão. No final, a pretensão era de cura, mediante a normalização, aspectos também enfatizados por Galvani e Galvani (2020, p.981).

No contexto do atendimento às pessoas com deficiência se objetivou a oferta de tratamento médico e alívio da sobrecarga familiar e social, ficando a educação desse público reduzida à iniciativa da área médica e às instituições religiosas e filantrópicas (PESSOTTI, 1984). Esperava-se que as práticas educativas especiais curassem as deficiências, gerando comportamentos normalizados.

De modo geral, ao pensar a história da institucionalização do atendimento às pessoas com deficiência no Brasil e situando-a no contexto mundial, Miranda (2008, p.30) nos lembra que na antiguidade os deficientes eram simplesmente abandonados, perseguidos e eliminados por causa de suas condições "atípicas", enquanto na Idade Média eram submetidos a alguma espécie de tratamento, mas

que geralmente envolvia uma concepção de caridade, ao mesmo tempo em que se recorriam a castigos; já adentrando a modernidade, com a ascensão do capitalismo e do interesse pela ciência, notadamente em relação à medicina, há poucas modificações, pois persistem as visões patológicas e o tratamento excludente.

Apesar da manutenção da institucionalização, passa a existir uma preocupação com a socialização e a educação. No entanto, persistia uma visão patológica do indivíduo que apresentava deficiência, o que trazia como consequência o menosprezo da sociedade. No final do século XIX e meados do século XX, surge o desenvolvimento de escolas e/ou classes especiais em escolas públicas, visando oferecer à pessoa com deficiência uma educação à parte. (MIRANDA, 2008, p.30).

Voltando ao Brasil, temos que em 1930 surgem as instituições para atender ou cuidar dos deficientes intelectuais, iniciando-se um processo que contém formas diferenciadas de atendimento em clínicas, hospitais, escolas particulares e instituições privadas de caráter filantrópico e assistencialista (LEÃO JÚNIOR; GATTI, 2018). Já de acordo com Bueno (1993, p. 90.), vale ressaltar que algumas dessas instituições possuíam o viés religioso, e atendiam sujeitos com uma condição econômica de extrema vulnerabilidade, “contribuindo para que a deficiência permanecesse no âmbito da caridade pública”.

Agora em se tratando do atendimento hospitalar às pessoas que necessitavam de uma intervenção acerca do seu convívio em sociedade, surgiu gradativamente a demanda pela abertura de instituições que atendessem os sujeitos considerados “loucos”, ou seja, com deficiência intelectual. Sobre tal período, se aponta um marco importante, que se refere à criação de hospitais colônia nas décadas de 1930 e 40, mediante a ação do então criado Serviço Nacional de Doenças Mentais (SNDM):

Arejano e Padilha (2005, p.78-82) enfatizam que um dos aspectos que determinaram a construção dos hospitais colônias no Brasil, nas décadas de 30 e 40 do século XX, foi decorrente de um inquérito realizado pelo Serviço Nacional de Doenças Mentais (SNDM) concluído em 1941, no qual se constatou a existência de 20.526 doentes internados nos hospitais brasileiros. Assim, o Serviço Nacional de Doenças Mentais (SNDM), na época, elaborou um plano para a construção de 4000 leitos nos Estados da federação, com a ajuda técnica e financeira da União. O tipo padrão de construção

preconizado deveria ser o modelo de “hospital colônia, considerado como modalidade hospitalar moderna”. Nesse período foram construídos hospitais colônias em quase todas as capitais do país. (KOERICH, 2008, p 21).

Agora ao atentarmos para o atendimento escolar aos surdos, fazemos referência ao estudo de Witchs e Lopes (2015). Segundo esses autores, ao atentar para uma perspectiva histórica de abordagem, as denominadas escolas de primeiras letras que funcionavam no período do Brasil Imperial tinham como objetivo ensinar, aos pobres, brancos e livres, a ler, escrever e contar, atuando com base na Lei Geral sobre a Instrução Primária, do ano de 1827; e foi nesse âmbito que foi fundado o Colégio Nacional para Surdos-Mudos, onde os matriculados deviam ter entre 7 e 16 anos e certificado de vacinação, depois permanecendo por seis anos num curso que focava no ensino agrícola (WITCHS; LOPES, 2015, p.177).

Posteriormente, no período do Estado Novo (1937-1945), a questão educacional relativa ao atendimento da surdez foi atrelada a uma perspectiva de difusão da língua vernácula que esteve relacionada aos ideias de surgimentos das nações e criação de consciência nacional, ou seja, um ponto de vista embasado no nacionalismo em voga; portanto, existiu uma inspiração vinculada à “normalização de surdos”, pautada pela reabilitação e assistência que a educação escolar poderiam eventualmente realizar, sob a égide de um ideário de modernização e subordinado às relações de poder que havia sobre a população num período ditatorial. O que se queria era um “surdo governável”!

Entender essa dinâmica torna possível sugerir outro tom à questão da normalização de surdos, pois a questão que envolve a reabilitação da deficiência ou assistência aos considerados incapazes, com respaldo na educação, não encerra em si. Tornar surdos falantes de uma língua oficial do país, nessa perspectiva, compreende parte de um projeto de Estado: fortalecer o que é considerado nacional e, com isso, ampliar a malha governável.

Percebemos que as práticas realizadas no INSM conformam com as inúmeras transformações realizadas durante o Estado Novo. Evidenciar como estas transformações refletiram no Instituto nos possibilita entender a emergência de saberes e de formas de exercício do poder que configuram um modo de ser surdo

brasileiro. Além disso, o período concentra feitos desenvolvidos pelo plano da Modernidade, sobretudo, abarca uma intensidade de saberes e exercícios de poder sobre a vida da população (WITCHES; LOPES, 2015, p.180).

Destarte, de modo a sumarizar os diversos paradigmas relacionados às visões históricas sobre o tratamento das deficiências, Romero e Souza (2008) apresentam que, na história da educação brasileira, podemos perceber a passagem por três modelos paradigmáticos que se sucederam: institucionalização, aos poucos sucedido pelo “de serviços”, que agora está dando lugar ao “de suporte”. Quanto ao primeiro, refere-se ao processo em que as pessoas com deficiência eram levadas aos hospitais psiquiátricos, sendo impedidas de circular no meio social, o que se associava ao entendimento de que as famílias não podiam cuidar daqueles tidos como inválidos, já que a prioridade exigida da sociedade era a sua incorporação à força de trabalho. Mas a seguir, há a passagem para o outro paradigma, o “de serviços”, dada a emergência das discussões sobre os direitos humanos e do abandono da perspectiva de confinamento que se aliou à preparação dos deficientes para conviver no meio social e trabalhar: “No começo do século XX começam a questionar a institucionalização [...] ao mesmo tempo em que cresciam as discussões sobre os direitos humanos e começava-se a reconhecer os direitos dos deficientes.” (ROMERO; SOUZA, 2008, p. 3093).

Neste momento caracteriza-se o segundo paradigma, o de serviços, que tem como ideia principal a integração. As instituições deixam de ser locais de confinamento e passam a ter a função de preparar o deficiente para o convívio em sociedade, preparando-os para o trabalho e desenvolvendo sua autossuficiência (ROMERO; SOUZA, 2008, p.3094).

No devir histórico, questionados os princípios da integração e institucionalização, chega-se ao momento em que no Brasil, sob a perspectiva da “inclusão social”, ganha força o “paradigma de suporte”, cuja natureza arrola que: é uma característica do humano a existência de diferenças entre as pessoas, admitindo-se que as deficiências fazem parte do meio ecológico; a sociedade é que deve proporcionar os serviços necessários aos deficientes, permitindo seu acesso à cultura e aos variados ambientes – a acessibilidade -, o que também implica em

modificações nas estruturas e currículos escolares; devemos investir na eliminação dos preconceitos.

Para chegar a estas ideias há mudanças de pensamentos interessantes: considera as diferenças entre as pessoas como características do humano, localizando as deficiências não mais como orgânicas e sim como ecológicas, ou seja, algo que faz parte da humanidade, do meio. Implica numa mudança de posicionamento social, pois é a sociedade quem deve fornecer os serviços que o deficiente necessita para ter acesso aos bens culturais, sociais, ou seja, as escolas devem modificar-se para que os deficientes possam acessar seu currículo, os logradouros públicos devem sofrer reformas para que qualquer pessoa possa ter acesso a vias e bens públicos (rampas, elevadores, guias rebaixadas, banheiros adequados, portas largas, pisos com sinalização para deficientes visuais, orelhões para surdos, ônibus adaptados, enfim uma série de alterações que vemos em vias públicas), além das modificações necessárias nas concepções humanas, com o intuito de acabarem as atitudes preconceituosas. (ROMERO; SOUZA, 2008, p.3094-5).

Tal argumentação é associada, por estes autores, ao fato de que os movimentos acerca da inclusão ocorreram para além das escolas, sediados na sociedade, sendo que depois atingiram as escolas, que foram compelidas a buscar acompanhar tais transformações paradigmáticas. Particularmente, se referem à Declaração de Salamanca (1994) como um marco para a inclusão no Brasil, com impacto no campo da educação formal.

A Declaração de Salamanca (1994), marco da incorporação legal da inclusão no nosso país, não foi uma criação de políticos e sim fruto da movimentação de um grupo de pessoas que entendiam a necessidade de se ampliar a discussão sobre o tratamento destinado aos deficientes a várias instancias sociais, com o objetivo de se repensar as práticas sociais excludentes. [...] por sua vez a escola é um local indicado para que esta discussão ocorra, pois é uma instituição social que se ocupa da educação formal de crianças e aqueles que não estão na escola perdem o status social de “criança normal”. (ROMERO; SOUZA, 2008, p.3092).

A seguir passamos a abordar aspectos históricos que compreendem os primórdios do atendimento institucionalizado às pessoas com deficiência em Santa Catarina, seguindo o decorrer do século XX.



## 1.2 O atendimento às pessoas com deficiência em Santa Catarina: alguns apontamentos

Segundo pesquisa realizada por Gomes, Pasqualoto e Baptista (2015), no início do século XX, mais precisamente em 1923, houve uma iniciativa de atendimento aos ditos “alienados” na cidade de Joinville, o Abrigo Municipal de Alienados Oscar Schneider, que configura um dos capítulos da história das pessoas com deficiência intelectual, marcado como o período da loucura em Santa Catarina. Conforme explicam sobre a origem dessa instituição:

[...] uma investigação sobre a memória da loucura na cidade de Joinville, que de maneira mais específica implica os rastros deixados pela existência de uma extinta casa de tratamento dos ditos “loucos” da cidade: o Abrigo Municipal de Alienados Oscar Schneider. (GOMES; PASQUALOTO; BAPTISTA, 2015, p.83).

Tal abrigo foi a primeira instituição fundada em Joinville com a finalidade de garantir o tratamento aos considerados loucos. Idealizada por Oscar Schneider, prefeito do município entre os anos de 1907 e 1910, a instituição psiquiátrica que levou seu nome foi construída em 1923, quando seu idealizador já havia falecido, por sua viúva Francisca Schneider, num terreno doado pela prefeitura (GOMES; PASQUALOTO; BAPTISTA, 2015, p.83).

Segundo estes autores, essa instituição recebia homens, mulheres e menores de 15 anos de idade provenientes das várias regiões do estado, sendo vista como integrada ao processo de modernização e urbanização de Joinville, cuja inspiração foi matizada por influências europeias de secularização e higienização no combate a epidemias, vindo a se tornar um “cartão-postal”; porém, o Abrigo Municipal de Alienados foi fechado em 1942, sendo que os pacientes então internados foram transferidos para o Hospital Colônia Sant’Ana, situado na cidade de São José, de caráter público e que havia sido fundado no ano anterior (GOMES; PASQUALOTO; BAPTISTA, 2015, p.83).

Ou seja, já na década de 1940, o estado de Santa Catarina também foi marcado pela abertura da institucionalização do atendimento à loucura, o que se deu na data do dia 11 de novembro de 1941, quando foi criado o Hospital Colônia Sant’Ana (HCS), no município de São José. Segundo Borges (2013), a instituição

teve início devido à necessidade de atender as políticas de saúde pública do período, que tinham como objetivo implementar o atendimento de assistência à saúde mental no estado de Santa Catarina. A intenção da criação do HCS naquele período está relacionada com o sofrimento dos internos, com o intuito de retirar do convívio social aqueles que eram considerados loucos, para amenizar seu sofrimento e proteger o meio social. Ou seja:

O HCS era então colocado como necessário para cobrir a lacuna existente no serviço de assistência aos enfermos mentais, propondo-se mais 'piedosa e humana' que as duas instituições então existentes no estado. Assim, a reclusão e a desumanidade com que os enfermos mentais eram tratados provocaram um novo arranjo de ordem social em Santa Catarina, levando à construção de um hospital, um espaço que supostamente garantiria um tratamento mais humano. Contudo, esse espaço repetiria a desumanidade então criticada, os doentes continuariam a sofrer dentro da instituição que deveria amenizar sua infeliz existência. (BORGES, 2013, p.1532).

O Hospital Colonia Sant'Ana iniciou suas atividades em janeiro de 1942, tendo a capacidade de atender 300 pacientes, mas, no entanto, já iniciou com 311 pacientes, ou seja, com superlotação. De acordo com Koerich (2008, p. 23), havia uma expectativa que esse hospital seria a solução para todos os problemas de doença mental no território catarinense. (KOERICH, 2008, p. 23). Também segundo Borges (2013, p. 1532), o HCS ao longo dos anos serviu para que se tornasse um "depósito de gente", termo utilizado pela autora para retratar a superlotação e o descaso que isso significava para o serviço de atendimento prestado pelo hospital.

Posteriormente, no ano de 1996, o então Hospital Colônia Santana passaria a se chamar Instituto de Psiquiatria de Santa Catarina (IPq/SC), Segundo Maluf e Brito (2020, p. 57), uma das consequências após a Reforma Psiquiátrica foi a criação das Residências Terapêuticas, que serviriam de lar para os internados que perderam vínculo com suas famílias. Ainda sob essa ótica, o IPq/SC ainda recebeu um público para atendimento psiquiatria; só que após a reforma psiquiátrica, as internações compulsórias passaram a ser feitas em função de mandados judiciais que, obrigatoriamente, deviam ser atendidos pela direção do hospital.

De acordo Mendes (2010, p. 98), no período entre 1950 e 1960 houve maior expansão no número de estabelecimento de ensino especial para portadores de deficiência intelectual em território nacional. Galvani e Vinente (2020, p. 981) apontam que, em 1950, ao não criar instituições de atendimentos aos deficientes, o

poder público potencializou o surgimento das instituições privadas de atendimento em caráter de assistencialismo e de filantropia voltadas aos deficientes mentais, visuais, surdos e físicos. Conforme Mendes (2010, p.99), há evidência de que:

O fortalecimento nesse período da iniciativa privada, com instituições de natureza filantrópica sem fins lucrativos, se deveu primeiramente a uma omissão do setor da educação pública que forçou uma mobilização comunitária para preencher a lacuna do sistema escolar brasileiro.

Dessa forma, em 1954 foi fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) no Rio de Janeiro. E segundo Maria Kupczyk (2016, p. 25), a primeira APAE a chegar a Santa Catarina foi a instalada na cidade de Brusque, no dia 14 de setembro de 1955. Por outro lado, de acordo com Bueno (1993, p.95), caminhando ao lado da rede privada de atendimentos da educação especial, a educação pública passou por um processo intenso de criação de classes e escolas especiais.

Observada a legislação pertinente, temos que, conforme afirma Mendes (2010, p. 99), após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961 começaria a ser observado o crescimento de instituições privadas de cunho filantrópico. Em 1962, por exemplo, havia 16 instituições apaeanas e foi criado então um órgão normativo e representativo de âmbito nacional, a Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (FENAPAES). De acordo com Rafante, Silva e Caiado (2019), o trabalho apaeano vinha no viés de buscar apoio aos excepcionais e suas famílias. Ou seja, focaliza o papel da associação de pais na assistência à infância excepcional, em que indica falar do lugar de quem organizou uma associação, enquanto pai de criança “excepcional” e não como profissional especializado. Além de evidenciar as medidas para articular e socializar as ações dos pais, também destaca que o papel dessas associações era promover campanhas nacionais e articular os poderes públicos para que direcionassem maior assistência aos “excepcionais” (Maior Assistência, 1954).

Nesse cenário, a primeira instituição pública estadual brasileira voltada para o atendimento de sujeitos com deficiência e gestão de políticas de Educação Especial foi a Fundação Catarinense de Educação Especial, criada em meados de maio de

1968, associada, naquele primeiro momento, à Secretaria de Estado da Educação – SED. E é sobre esse processo que nos debruçamos a seguir.

## **2 ELEMENTOS DA CRIAÇÃO DA FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (1968-1996)**

Nesta parte do trabalho, inicialmente trazemos aspectos históricos sobre o processo de institucionalização do atendimento em Educação Especial em Santa Catarina na década de 1960, notadamente focalizando as questões voltadas aos então denominados “excepcionais” ou “retardados”, o que aconteceu com uma movimentação dos planos social, político e econômico, referente à criação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, com foco na fundação da APAE de Florianópolis, mas também privilegiando alguns outros pontos do território catarinense.

Em seguida, o objeto nuclear é a criação da Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), considerando que o movimento anteriormente descrito, ou seja, o incentivo às dinâmicas de criação de APAEs, foi fundamental para que a FCEE surgisse no cenário barriga-verde.

### **2.1 Para os “excepcionais” e “retardados”: a atenção às pessoas com deficiência na década de 1960 em Santa Catarina: as APAEs como propulsoras da criação da Fundação Catarinense de Educação Especial**

A movimentação social e política para a criação de instituições de atendimento às pessoas com deficiência em Santa Catarina pode ser acompanhada pelas publicações na imprensa local, sobretudo aquelas circunscritas pelo período da década de 1960 e divulgadas no jornal local O Estado, de grande circulação na capital catarinense e região, mas que também atingia outras regiões do estado e divulgava notícias a estas relacionadas.

Nesse caso, verifica-se a dinâmica societária em torno do atendimento das pessoas então denominadas “excepcionais” ou “retardados mentais” por esses canais de comunicação - os jornais e matérias do período-, o que resultaria na

criação das APAEs. E, na sequência, temos os impactos e influências desses fatores na criação da Fundação Catarinense de Educação Especial.

As Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais, desde os primórdios de sua criação, caminharam com o viés do atendimento voltado para os menos favorecidos, ou seja, para aqueles sujeitos que possuem carência social e econômica. Por ser uma instituição de caráter social e filantrópico que não visava o lucro, sempre precisou de ajuda de recursos financeiro para que fosse possível iniciar e manter o atendimento aos alunos com deficiências, institucionalizando a atenção.

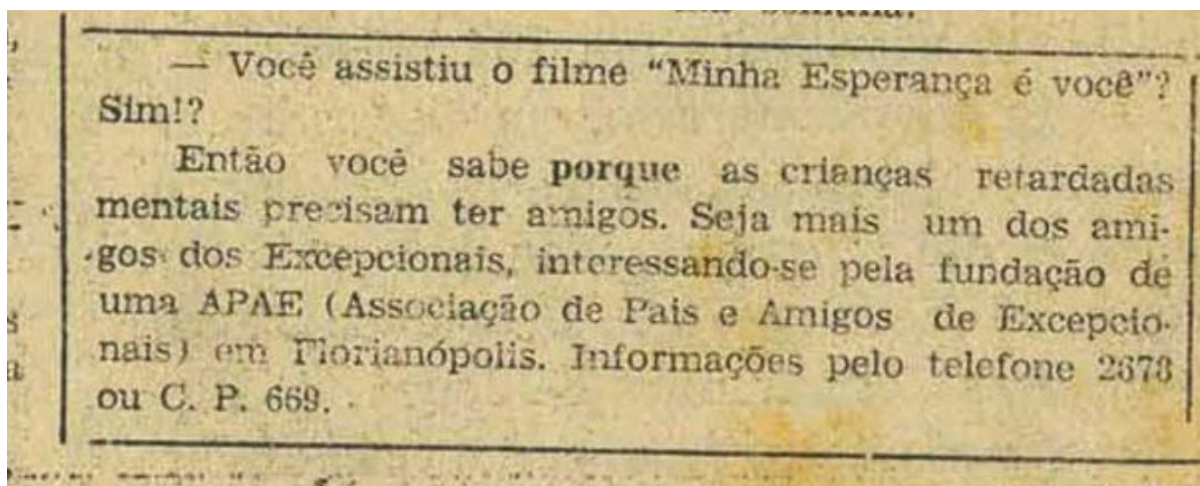
De fato, no início da década de 1960, há registros de mobilização nacional para o atendimento às pessoas com deficiência, envolvendo a atuação da APAE. É o caso da matéria datada de outubro de 1961, intitulada “Campanha pró criança retardada” que embora divulgada na imprensa local, ou seja, n’O Estado, faz referência ao ambiente do Rio de Janeiro. Note-se também o uso das expressões “objetivo educativo”, “meio de recuperação” e “retardados”, o que evidencia a perspectiva da época quanto à educação especial.

RIO – CIC – Campanha da Criança Retardada será lançada no próximo dia 21, sob a presidência da Sra. Arnon de Melo e patrocinada pela Sociedade Pestalozzi e APAE. A campanha terá objetivo educativo, visando, ao mesmo tempo, obter fundos para a criação de hospitais, oficinas de trabalho e outros meios de recuperação. Segundo estatísticas, há 90 mil retardados, necessitando de assistência. (SCHMIDT, 1961, p.?).

Ou seja, vemos que existiam campanhas em andamento visando arrecadar fundos que seriam usados em hospitais e nos meios de “recuperação”, inclusive mencionando uma senhora da sociedade local e o envolvimento da sociedade Pestalozzi.

Localizamos essa mesma dinâmica histórica, agora no contexto florianopolitano, quando matéria do jornal O Estado apresenta um apelo para que as pessoas se interessem pela fundação da APAE local, mencionando um filme da época, chamado “Minha esperança é você”, que ajudaria a sensibilizar nessa direção, com a pretensão de motivar o engajamento social na causa (Fig 1).

Figura 1 – Matéria convidando a apoiar a criação da APAE



Fonte: O Estado, 26 de agosto de 1964.

Nesta mesma direção, uma página de edição do mesmo periódico, esta datada de 2 de dezembro de 1964, apresenta uma sinopse e comentários quanto a esse mesmo filme, assinada por Octavio Bomfim. Intitulado MINHA ESPERANÇA É VOCÊ, o texto ressalta que a trama enaltece o valor da escola na recuperação do excepcional, aponta o envolvimento do Serviço Social da Indústria e de cinemas locais na causa, apelando ainda para um argumento de ordem moral segundo o qual não se trata de um investimento “supérfluo”, mas que auxiliará a APAE.

“MINHA ESPERANÇA É VOCÊ” é a empolgante história de STANLEY KRAMER, que nos mostra o valor da escola, na recuperação do Excepcional.

Sob o patrocínio do Serviço Social da Indústria (SESI), os Cines São José e Glória estarão exibindo “MINHA ESPERANÇA É VOCÊ”, nos dias 3 e 11 de dezembro, as 15 e 20 horas respectivamente.

Você, que é fã de arte cinematográfica, Você, que gasta dinheiro em coisas supérfluas. Não deixe de assistir “MINHA ESPERANÇA É VOCÊ” colaborando assim, com a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPECCIONAIS (APAE).

Os Excepcionais receberão seu gesto com um sorriso de agradecimento. (BOMFIM, 1964, p.8).

De fato, constatamos que se trata de uma escrita com vários elementos que argumentam com intenção de sensibilizar, como se vê na parte que evoca aspectos do filme utilizando vários adjetivos que remetem ao incômodo e à experiência

dolorosa que seria assistir tal trama. Destarte, aprofunda ainda mais um entendimento que parece ser o presente naquele momento histórico, que transita entre a perspectiva da anormalidade e da pretensa normalidade para caracterizar as crianças com deficiência retratadas.

Outra vez o produtor Stanley Kramer retira o cinema de Hollywood dos estreitos limites de um comercialismo estiolante, para transformá-lo numa força viva de comunicação, a serviço de uma causa. Pois “Minha esperança é você” (A CHILD IS WAITING) não é filme para divertir ou servir como passatempo de fim-de-semana. É um veículo para despertar em nós, os seres normais, a compreensão sobre o problema humano da criança excepcional (retardada).

Não é uma fita fácil de ser vista. Ela é às vezes, incômoda, frequentemente, pungente, ocasionalmente dolorosa. Mas será, para quem tiver força de ver, face a face esses pequenos seres excepcionais, uma experiência cheia de emoção e inesquecível. Pois essa película de Kramer atinge seu objetivo de mostrar-nos que sob aquela anormalidade física e mental da criança retardada existe um pequeno ser humano que não precisa de piedade e compaixão, mas de compreensão para superar suas tremendas limitações. E ninguém sairá do cinema sem sentir-se sinceramente comovido pelo muito que se pode alcançar sobre essa adversidade. (BOMFIM, 1964, p.8).

Por fim, após destacar a natureza da atuação dos astros da época como Burt Lancaster, Judy Garland e Celia Rowlands. E comenta sobre um ator infantil chamado Steven Hill, sendo que este último “[...] tem atuação marcante e há momento em que parece que ele próprio é um menino anormal” (BOMFIM, 1964, p.8). Em seguida acrescenta outra perspectiva à narração, em que revela, novamente e com especificidade, seu olhar sobre aqueles a quem denomina de “retardados” ou “excepcionais” – crianças atendidas num hospital nos Estados Unidos -, ou como indicou noutro ponto da matéria jornalística em tela, que não seriam como “nós os seres normais”.

Mas os grandes intérpretes do filme, aqueles que comovem o espectador até às lágrimas, são as crianças **realmente** retardadas do Hospital Estadual do Pacífico, da Califórnia, talvez seja apressivo vê-las, frente a frente, mas eles deixam em qualquer um de nós a convicção de que **também são seres humanos que têm direito a uma vida “normal”**. (BOMFIM, 1964, p.8, grifos nossos).

Quer dizer que a preocupação quanto à conscientização do que seria a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE antecedeu a sua criação na cidade de Florianópolis. Temos que na data de 9 de agosto de 1964, intitulada



“Que Quer Dizer APAE”, O Estado publica uma matéria em que se contempla a intenção de levar a informação ao público do que seria uma APAE. Esta inicia trazendo um dado de que já havia algumas APAEs em diferentes estados, como Rio de Janeiro, São Paulo e no Paraná (Curitiba). Logo em seguida é ressaltada a importância de que a “criança retardada” poderia e deveria ser educada. Em continuação, busca fazer uma conscientização e, logo em seguida, um convite. Alega-se que a APAE desejava poder ajudar os excepcionais de Florianópolis. E tal convite é direcionado para que os profissionais que atuam com esse público, que seriam médicos, sacerdotes, psicólogos, educadores e assistente social, para que pudessem se juntar à APAE, tornando-se membros da associação. Além disso, solicita também para que eles divulguem o trabalho da instituição em seus clubes e organizações (O Estado, 1964, p.2).

Em nossas análises detectamos que, segundo o site da APAE de Florianópolis, em 26 de agosto de 1964 ela foi finalmente fundada, pelo professor Manoel Boaventura Feijó (<https://www.apae.floripa.br/site/>). E localizamos que, nessa mesma data, o jornal O Estado faz a relação com o filme “Minha esperança é você”, mencionando o fato de que as “crianças retardadas mentais” precisam ter amigos e convidando a população para que seja amiga dos excepcionais e se interesse pela fundação de uma APAE em Florianópolis (VOCÊ ASSISTIU O FILME..., 1964).

Interessantes também são os elementos que nos trazem a análise de um texto publicado em edição de setembro de 1964, em que a autora Maria da Conceição de Sales Coimbra defende o investimento da criação de uma APAE. A escrita principia dizendo que, felizmente, os florianopolitanos não estão mais insensíveis à questão do atendimento dos então chamados excepcionais, evidenciando um apelo ao humanismo: “Florianópolis que na maioria dos seus habitantes, parecia indiferente à sorte dos excepcionais, começa agora a preocupar-se com esse problema tão humano” (COIMBRA, 1964, p.2). Ela retrata em seu texto da injustiça que vem acontecendo na cidade, e que com a criação da APAE esses males seriam reparados. E acrescenta que a Associação de Pais e Amigos dos

Excepcionais vinha recebendo o apoio não só da filantropia, mas dos meios sociais e culturais também.

Em seguida, Maria Sales Coimbra cita Pasteur quando indica que “tôda criança inspira respeito e piedade”, ou seja, respeito pelo futuro que a espera, mas também piedade pela sua dependência (COIMBRA, 1964, p.2). E não seria diferente com a criança “retardada”, já que ela não deve inspirar apenas compaixão, mas um sentimento maior, compaixão e solidariedade, bem como vontade de ajudá-la, para que ela possa se sentir útil, amada e feliz.

Coimbra (1964, p.2) ainda traz a reflexão de que “Ninguém é completamente feliz, porque é força do destino humano aspirar sempre mais do que se pode conseguir”, fazendo seus leitores pensarem sobre o que seria a felicidade, e porque não poderíamos propor meios de possibilitar às crianças “retardadas” a tal felicidade. Relata ainda que muitas crianças são abandonadas à própria sorte, sendo obrigadas a viver às sombras, em solidão, embora desejando um mundo colorido das crianças que possuem família. Diante de tais argumentos, a autora apresenta como solução a APAE, instituição onde os professores especializados iriam despertar os interesses das crianças para “alguma atividade humana”. E finaliza seu texto fazendo o convite para que colaborem com a APAE, pois segundo a mesma os “excepcionais são recuperáveis” através dos cuidados que recebem dos professores, enfermeiras e médicos (COIMBRA, 1964, p.2).

Diante de tal publicação, vemos que a defesa da causa apaeana, assim como alguns dos fundamentos relativos à necessidade de uma instituição especializada para o atendimento vinham ganhando força no meio social, ao mesmo tempo em que se procurava obter não apenas mais simpatizantes, mas também apoio efetivo.

Ou seja, houve de fato uma mobilização societária em torno da questão da educação especial, aos moldes do que à época circulava. Outro exemplo disso está presente na edição de setembro de 1964, em que o jornal O Estado apresenta uma matéria sobre um Recital da Banda da Polícia Militar e outro apelo para o “Piano Catarinense”, onde consta uma referência com apelo religioso cristão: “Colaborem com a A.P.A.E. e receberão de presente: Arte, e a gratidão de Deus!” (RECITAL...,1964). Quer dizer que em virtude da necessidade da APAE arrecadar

fundos para seu funcionamento, por se tratar de uma entidade filantrópica, havia uma movimentação quanto a eventos beneficentes.

Igualmente, verificamos que tendo em mente a circulação do jornal nos meios sociais mais prestigiados econômica e culturalmente, o jornalista Zury Machado, denominado à época de “colunista social”, costumava trazer em sua coluna notícias quanto ao movimento pela criação e financiamento da APAE em Florianópolis. Sendo que a APAE fora recentemente fundada, e em decorrência disso, se estava realizando um evento em prol da APAE naquele mesmo ano de 1964.

Como a “APAE”, recentemente fundada em nossa cidade, esta se estabelecendo, o Rotary Clube de Florianópolis, está promovendo movimentada noite de elegância nos salões do Lira Tênis Clube, para uma renda em pró da Associação “Noite das Fantasias” marcada para o dia 28 próximo. Entre as mesas será sorteado um jogo de sala de visita no valor Crs 500.000,00, oferecido pela loja Moveis Cimo. (MACHADO, 1964, p.2)

Portanto, Zury Machado realizava um serviço de favorecimento da APAE mediante uma série de divulgações sobre eventos que beneficiariam aquela instituição.

Está marcado para o próximo dia 14, nos salões do Lira Tênis Club em pró da sociedade APAE, e Asilo de Orfãos, suntuoso desfile de modas do consagrado costureiro Húgo Rocha. Paula, manequim profissional [sic], acompanhará a coleção, recentemente exibida no Copacabana Palace e Sociedade Hípica Brasileira. (MACHADO, 1964, p.2).

Já na edição do dia seguinte, Zury traz detalhamentos do que seria esse evento, acrescentando que seria também um “[...] elegante e movimentado chá”; segundo escreve, as senhoras da sociedade estariam em uma tarde de elegância, tendo como atração desfiles e a já mencionada coleção do famoso costureiro Hugo Rocha, tudo em benefício da APAE e do Asilo de Órfãos (MACHADO, 1964, p.2). Verificamos que a “Noite das Fantasias” rendeu outros comentários na coluna de Zury, pois na edição do dia 17 de novembro ele evidencia que o evento

[...] movimentará o mundo elegante para o Clube da Colina (Lira Tênis), aplaudir as luxuosas fantasias na passarela. Napolião, Camões, D. Maria II.a., Primavera na Holanda, Rei de Kamakama, Candelabro de Ranchipur e Gato de Botas, serão apresentados por Evandro Castro Lima, Terezinha Arrais Alencar, Giovana, Clovis Bornaye Jorge Valverde. (MACHADO, 1964, p.2).

Ou seja, verifica-se que o engajamento no financiamento da APAE ocorreu sobretudo nos estratos economicamente mais prestigiados de Florianópolis e região, já que notadamente essas senhoras da dita “alta sociedade” é que organizavam e mantinham funcionando esses eventos sociais que também tinham uma função distintiva, ao mesmo tempo em que buscava mostrar atitudes de caridade, que seriam enobrecedoras da conduta social.

Para arrematar sobre tal argumento, transcrevemos a nota final do colunista sobre o então badalado evento.

Verdadeiro espetáculo de originalidade, luxo e bom gosto, aconteceu na passarela do Lira Tênis Club, na noite de sábado p. Passado com a festa "Noite das Fantasias", uma promoção do Rotary Clube de Florianópolis em pró da "APAE" e do Asilo Irmão Joaquim. Aplaudidos de pé os consagrados do Carnaval Carioca com as fantasias: Evandro Castro Lima, Camões e Sagração de Napoleão. Terezinha Arrais Alencar, D. Maria II.a, Gilson Guedes Candelabro de Ranchipur, Nuncia Miranda, Gata de Espelho e Primavera na Holanda, Clóvis bornay, Rei de Kamakam. (MACHADO, 1964, p.2).

Outro acontecimento noticiado pelo jornal O Estado foi a vinda o famoso ator brasileiro Sérgio Cardoso, que foi protagonista em diversas novelas e peças de teatro entre os anos de 1950 e 1970, o que mostra uma movimentação social interestadual, com contatos para o evento que beneficiaria a APAE de Florianópolis e o envolvimento também de setores da economia local: “Será realizado no dia 1º. Próximo no Teatro Álvaro de Carvalho o primeiro espetáculo do aplaudido artista Sergio Cardoso, que virá a nossa cidade numa promoção de "A.S. Propague". A estréia de Sérgio Cardoso será em favor de ((APAE” [sic]. (MACHADO, 1967, p.2). A citada "A.S Propague", hoje denominada somente como Propague, foi fundada em 1962 em Florianópolis, sendo uma empresa de *marketing*.

Detectamos que o jornal O Estado, de grande circulação em Santa Catarina, sobretudo na região de Florianópolis, continha em uma de suas páginas a coluna "Acontecimentos Sociais", assinada por Zury Machado. Este ficou conhecido por ser um dos colunistas sociais mais tradicionais de Santa Catarina. Iniciou seu trabalho em 1946 n’A Gazeta, mas logo foi trabalhar no jornal O Estado, onde ficou até 2006. Zury Machado, entre eventos dos mais diversos, como jantares, aniversários e espetáculos que eram divulgados em sua coluna n’O Estado, apoiava eventos beneficentes em prol da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de

Florianópolis. E esse movimento serviu de base para o que viriam a ser os esforços para a criação da Fundação Catarinense de Educação Especial, já que alguma caminhada já encontrava algo sedimentada.

Por conseguinte, temos que na década de 1960, um dos meios de transmissão de notícias a respeito eram os jornais, e era através das matérias publicadas na imprensa que a APAEs aproveitavam para divulgar os eventos de arrecadação de fundos, o que é retratado na imagem que segue, que se refere à campanha da APAE do município de Itajaí, “[...] visando angariar recursos para ampliar suas atividades e construir sua sede própria” (O Estado, 1970, p.9) (Fig.2). Neste caso, vemos que a instalação das APAES era um fato que acontecia não apenas na capital catarinense, mas que chegou a outras regiões do estado, num movimento de expansão da educação especial.

Figura 2 – Notícia sobre campanha da APAE para angariar recursos



Fonte: O Estado, 23 de agosto de 1970.

Continuando a exploração da imprensa como fonte, localizamos numa edição de novembro de 1964 que de fato existia uma dinâmica crescente de circulação de ideias quanto às pessoas com necessidades especiais, notadamente quanto aos ditos excepcionais. É assim que a “Oração para a Mãe do Excepcional”, numa matéria assinada por Leônia Ribeiro Vasconcelos (1964, p. 8), toma espaço numa página d’O Estado. Com forte apelo cristão, o texto invoca Deus para que alivie os sofrimentos dos filhos excepcionais, dizendo da esperança materna, da solicitação

de forças para não desesperar e superar os momentos difíceis, evidenciando a necessidade de paciência, alegria, ânimo e até mesmo resignação diante do “sofrimento” a suportar, já que “Recorro a Vós, o único Ser capaz de o salvar para uma vida normal” (VASCONCELOS, 1964, p.8). Fica evidente a perspectiva pietista e a noção presente de que um filho excepcional não é “normal” (Fig.3).

Figura 3: Oração para a Mãe do Excepcional

**Oração para a Mãe do Excepcional**

**Leônia Ribeiro  
Vasconcelos**

Ó bondoso Deus: coloco em vossas Mães minha vida, para aliviar os sofrimentos de meu filho. Tende piedade de seus tenros anos. Socorrei-o nos momentos de perigo, aliviai suas dores. — Recorro a Vós, o único Ser capaz de o salvar para uma vida normal. Vós que tendes tudo sob vosso domínio, salvai-o dos perigos da morte. Deposito em Vós tôdas as minhas esperanças para algum dia têrme a alegria de ouvi-lo dizer: — papai, mamãe. Dê-me forças fugir ao despêro. Calma, nos momentos difíceis.

Paciência, para tudo lhe ensinar. Compaixão para os demais desventurados. Compreensão para os ignorantes. Satisfação para as melhores, ainda que pequenas. Saúde para o cuidar. Alegria para com êle reparar. Ânimo para viver. Resignação para a Vossa Vontade. Agradeço por me terdes julgado capaz de suportar tão grande sofrimento, e a confiança que tivestes em mim, ao me entregar um anjo como filho. Por fim peço Vossa bênção para todos nós e para todos os instantes de nossas vidas. Amém.

(Do Jornal do Brasil).  
Uma contribuição da  
“APAE de Florianópolis”.

Fonte: O Estado, 15 de novembro de 1964, p.8

Noutra publicação, esta de meados de agosto do ano de 1965, o jornal O Estado reproduz uma Carta à APAE, a pedido do presidente desta associação. A carta tem caráter informativo sobre os excepcionais, as ações e finalidades da instituição. No corpo do texto de Leonia Ribeiro Vasconcelos, logo de início vem a questão de que o convite para escrevê-la o deixou honrada, pois se trata da “modesta palavra de u’a [sic] mãe, dona de casa”, confessando certa insegurança para atender esse convite (CARTA À A.P.A.E., 1965, p.5).

Neste registro, o primeiro questionamento levantado foi de como definir um excepcional. A autora do texto ressalta a questão do sentimento, do olhar o outro com ternura e compreensão. Diz que o excepcional já tem um caminho meio traçado, um caminho conturbado, cheio de preconceitos e barreiras. O segundo interrogante é quanto aos pais, mediante a angústia e todo o sofrimento que sentem ao receber o diagnóstico. E como consolá-los em meio a essa dor? Como ajudar a lidar com tamanho sofrimento, já que sempre vem em suas mentes palavras dirigidas a Deus: “Porque essa cruz?” “Que te fizemos nós para que nosso filho nascesse assim?” (CARTA À A.P.A.E., 1965, p.5). A resposta pede que se acalmem, pois não fizeram nada. Mas é necessário ter muita paciência. Logo em seguida ressalta a vontade e a bondade divina. Alega que os pais dos excepcionais precisam ter fé, e com base nessa fé buscar lutar pelo amor, um amor incondicional àquela criança excepcional, considerando os desafios que irão enfrentar.

Este registro remete à intimidade dos lares e dos arranjos familiares, ponderando sobre a presença de um filho excepcional, as qualidades para aceitar e lidar com essa situação e com as vicissitudes do cuidado necessário. Portanto, traz um elemento para reflexão que extrapola a questão da institucionalização do atendimento em educação especial em voga, mas que mostra a íntima relação entre este mesmo fator e o plano da vida privada.

É, portanto, nesse contexto histórico que surgiu em Florianópolis a necessidade de uma escola especializada para lidar com os excepcionais, com professores especializados e o trabalho voltado para esses sujeitos, já que “Nada ou quase nada é definitivo no campo do excepcional: há que tentar melhorar sua situação, alargar as fronteiras de suas mentes, ensiná-los a usar os sentidos não

atingidos, suavizar-lhes a estrada tão espinhosa”; com isso nasce a APAE, pois “Aí se cristaliza uma das finalidades da A.P.A.E.: a instalação, em Florianópolis, de uma escola com professores especializados no assunto” (CARTA À A.P.A.E., 1965, p.5). Emerge nas linhas da imprensa a questão de que é preciso gente especializada para o atendimento das pessoas com deficiência.

Em seguida o texto menciona a atitude solidária que o jornal O Estado vinha demonstrando em relação à APAE: “E aí entramos todos nós, com a nossa solidariedade: cerrando fileiras em torno dessa iniciativa, acatando e incentivando suas campanhas” (CARTA À A.P.A.E., 1965, p.5).

Caminhando para o final da redação, o registro retrata também a amizade para com os excepcionais, frisando que “Amizade é Doação. Doação integral da alma. Dirigida aos excepcionais, se torna mais terna, mais doce: nada queremos em troca, a não ser que seu obscuro tenha um pouco mais de luz, de sol, de calor” (CARTA À A.P.A.E., 1965, p.5). Além disso, relata que se sentiu a necessidade de doação de material para o mantimento da instituição, depois apelando a todos para que construam juntos aos excepcionais laços consolidados de amor, paciência, humildade e fé.

Deste modo, a necessidade de recursos para a manutenção da atividade da APAE de Florianópolis vai emergindo. Para além da matéria ora citada, identificamos na edição de 8 de agosto de 1966 que O Estado conta sobre acontecimento referente à APAE de Florianópolis: a coluna “Radar na Sociedade”, assinada por Lázaro Bartolomeu, menciona a estréia do “show Revista Volta do Mundo em 180 minutos”, para a arrecadação de dinheiro em benefício da APAE (BARTOLOMEU, 1966, p.2).

Ainda naquele mesmo mês, localizamos interessante notícia, agora na capa do referido jornal, datada de 18 de agosto de 1966, com o título “APAE Reune-se Para Aquilatar Biênio”, mencionando que os associados da APAE estarão reunidos para uma assembleia geral no dia 21 de agosto. Esse encontro, que teria caráter informativo e deliberativo, explica que a diretoria da APAE “[...] dará conhecimento do balanço do primeiro biênio devendo ser eleito [sic] na ocasião os novos membros



do conselho executivo e deliberativo” (APAE REUNE-SE PARA AQUILATAR BIÊNIO, 1966, p.1).

Seguindo a trilha do que revelam as fontes da hemeroteca consultada, localizamos também importantes indicadores sobre o processo histórico de instituição da APAE em Florianópolis. Assim, matéria do ano de 1967 evidencia que ela buscava por espaço físico para acomodar suas atividades.

A Ass. De Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) necessita de uma casa para instalação de clínica (médica e psicológica) e escola para menores excepcionais. Recomenda-se área disponível para instalação de parque infantil.

Informações para o telefone – 2678, com Feijó. (APAEF (Procura), 1967, p.2).

Esta redação também mostra as finalidades e aspectos do projeto educativo-formativo da APAE naquele momento, fazendo referência às questões clínico-médicas necessárias ao atendimento, assim como referenciando o aspecto de “escolarização” destinado à infância, inclusive com referência aos aspectos lúdicos evocados pela necessidade de um parque.

Destarte, se, por meio da imprensa, podemos acompanhar o processo histórico de institucionalização do atendimento no campo da educação especial em Florianópolis, conseguimos também obter dados sobre essa dinâmica em outras regiões catarinenses. Assim, na edição de 15 de junho de 1967, o jornal O Estado fala da inauguração da APAE na cidade de Tubarão, noticiada da seguinte forma, escrita pela correspondente Jabes Garcia: “Notícias de Tubarão Inaugurada escola para crianças retardadas” (GARCIA, 1967, p.5). Vemos que a recente escola inaugurada recebeu o nome de “Ciranda da Esperança”, vinculada à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tubarão, e esse evento contou com a presença de autoridades locais, de representantes de clubes, do comércio, da indústria, além da imprensa “falada e escrita”. Quem cortou a faixa para a inauguração da APAE foi o bispo da Diocese de Tubarão, dom. Anselmo Pietrulla, que aproveitou e realizou uma oração para agradecer aquele momento aos fundadores e a Deus. Em seguida, o presidente da APAE José Manoel de Medeiros agradeceu a presença de todos, bem como por toda a colaboração que a APAE vinha recebendo até aquele

momento, convidando os presentes ao evento para que visitassem as instalações da escola e o material didático que estava em exposição. E ao final foi servido um coquetel pelas senhoras da sociedade local (GARCIA, 1967, p.5).

A notícia também nos mostra aspectos do financiamento dessas pioneiras instituições instaladas em Santa Catarina. Nesse caso, Jabes Garcia relata que a escola “Ciranda da Esperança” seria mantida com contribuições da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tubarão, mas que também contava com auxílio do governo do Estado de Santa Catarina para manutenção dos professores. E nesse início, as aulas seriam ministradas pelas professoras Nely Antunes Teixeira, e Eulina Esteves Corrêa (GARCIA, 1967, p.5). Portanto, percebemos a constituição e ampliação de um primeiro sistema de atendimento em educação especial, que foi envolvendo diversos atores sociais, seja do campo econômico como do político-administrativo.

Complementarmente, na edição de 24 de março de 1968, o mesmo jornal apresenta um balanço sobre a administração pública na cidade de Tubarão, momento em que a APAE local é citada. O registro indica que a APAE é a responsável pela educação especializada realizada na escola “Ciranda da Esperança”. Assim, o município de Tubarão estaria contribuindo (e muito) para que a APAE pudesse continuar o seu elevado trabalho com as crianças excepcionais (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DÁ A TUBARÃO A RECEITA DO PROGRESSO, 1968).

Então, os ecos de tal processo histórico continuam a chegar às páginas da imprensa. Em reportagem apresentada pelo jornal O Estado, datada de 22 de agosto de 1967, temos a indicação de que a APAE de Florianópolis foi reconhecida como sendo de utilidade pública. Esse registro sublinha a mobilização social em prol da APAE (APAE É DE UTILIDADE PÚBLICA, 1967, p.1) (Fig.4).

Figura 4: APAE Utilidade Pública



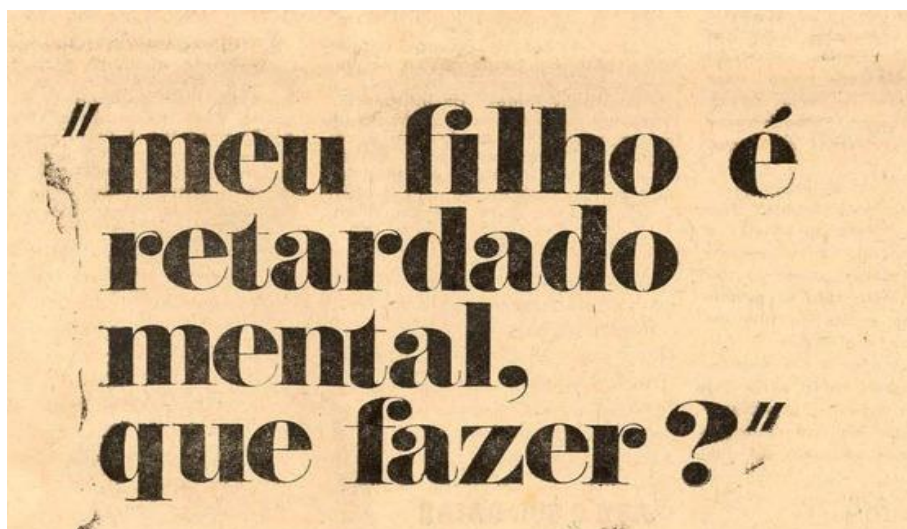
Fonte: O Estado, 22 de agosto de 1967.

Voltando ao plano do que seriam as relações no âmbito familiar com a presença dos sujeitos "retardados mentais", uma matéria do final do mês de agosto representa o desespero dos genitores ao receber um diagnóstico do que hoje denominamos por deficiência intelectual, reconhecendo já ser uma iniciativa para o trajeto rumo à recuperação: "Desde que um pai reconhece êste fato, o primeiro passo já está dado no longo caminho para a recuperação da criança que tem o desenvolvimento mental incompleto" (MEU FILHO É RETARDADO MENTAL, QUE FAZER?, 1967, p.3). Temos aqui a perspectiva de que a compreensão que se tinha a respeito à época era limitada, embora acenando para a possibilidade de uma "recuperação".

A escrita prossegue afirmando que havia no Brasil cerca de 5 milhões de casos de deficiências intelectuais, alegando que tais crianças, que possuem o desenvolvimento diferente, demoram para andar e falar, não aprendem em escolas

comuns, e “[...] não se ajustam às brincadeiras das crianças “normais”; no entanto, “A maioria destas crianças pode ser educada e recuperada para uma vida independente, útil e feliz” (MEU FILHO...,1967, p.3). Ainda segundo esta reportagem-campanha, a APAE é uma organização que se originou com base nos esforços dos pais e amigos dos excepcionais, com o intuito de estabelecer um programa que oferecesse à criança “mentalmente atrasada” a oportunidade de se desenvolver. Por fim, traz uma orientação para que os pais procurem uma APAE, alegando que é uma forma de orientação ao seu filho: “Não negue a êle esta oportunidade de se tornar útil e ajustado à sociedade” (MEU FILHO...,1967, p.3). Acrescenta ainda que existiam mais de 80 APAES em todo o Brasil, todavia deixando um pedido para que, se não existe uma instituição desse tipo, o leitor de juntasse a outros amigos para que mais uma unidade fosse criada.

Figura 5 – Meu filho é retardado mental, que fazer?



Fonte: O Estado, 23 de agosto de 1967, p.3

Chegando às edições do ano de 1969, encontramos no jornal O Estado o anúncio de que haveria uma nova escola para os excepcionais na capital de Santa Catarina, em meio ao relato do Professor Manoel Feijó, presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de que havia falta de professores para trabalhar com seus alunos, agregado à solicitação para o novo Secretário de Educação e Cultura, Professor Jaldir Faustino da Silva, para que apressasse a remoção de

professores para ministrar as aulas na escola dos excepcionais, pois os processos estavam há tempos paralisados. O fim da matéria pondera: “Por outro lado, o Plano de Metas do Governo, informou que deverá ser construída, ainda este ano uma escola adequada para os excepcionais na Capital (EXCEPCIONAIS TERÃO ESCOLA NA CAPITAL, 1969, p.8).

## 2.2 Elementos históricos da criação da Fundação Catarinense de Educação Especial (1968-1996)

As iniciativas como os Institutos dos Meninos Cegos (atualmente Instituto Benjamin Constant), Imperial Instituto dos Surdos-Mudos (atualmente Instituto Nacional dos de Educação de Surdos), os Hospitais Psiquiátricos e as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais, foram, de modo conjugado, as precursoras para a criação de políticas públicas educacionais para a educação especial. Essa movimentação das instituições, de profissionais que atuavam já com a educação especial acarretou em campanhas, permitindo que o Governo Federal criasse Leis em benefício das pessoas com deficiência.

Particularmente em Santa Catarina, no ano de 1954 tivemos a vinda de João Barroso Júnior, técnico em Educação e Cultura (MEC), que veio em proveito da divulgação dos propósitos do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), o que teve como resultado o envio de três professores do Estado de Santa Catarina para capacitação na área de educação especial na cidade do Rio de Janeiro. (FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2018, p. 31).

Assim, a primeira APAE chega a Santa Catarina em 1955 na cidade de Brusque, e dispunha como princípio “promover e articular ações de defesa de direito, prevenção, orientação, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e a construção de uma sociedade justa e solidária” (APAEES, p.3). A APAE de Brusque surgiu por conta da necessidade de um casal local, Carlos Moritz e Ruth de Sá Moritz, que se tratava do atendimento que seu filho Pierre recebia, já que eles gostariam que o filho recebesse uma atenção mais na perspectiva educacional e menos assistencialista.

Partindo disso, o Senhor Carlos conduziu um movimento para a aquisição do terreno e construção da escola, fundada em 14 de setembro de 1955. (FCEE, 2018)

O primeiro Decreto que se originou a partir dessas campanhas foi o Decreto Federal nº 42.728, de 3 de dezembro de 1958. O Decreto Federal nº 42.728 foi motivado a partir de uma Campanha para a Educação de Surdos, trazendo as “medidas necessárias à educação” para os sujeitos com deficiências auditivas. Seguidamente do primeiro Decreto Federal para a educação especial, o Estado de Santa Catarina cria a sua primeira Lei nº 1.929 de 6 de dezembro de 1958, em benefício das classes especiais para crianças com dificuldades em aprendizagem e distúrbio de conduta.

A Divisão de Ensino Especial da Secretaria da Educação e Cultura foi criada em 1961, e através dela foi se pensando em “novo impulso ao atendimento pedagógico à pessoa portadora de deficiência tratando, além do ensino supletivo, também o atendimento aos deficientes visuais e da audiocomunicação” (FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2018, p. 31).

Nesse sentido, verificamos que a Divisão de Ensino Especial foi matéria do jornal O Estado. Foi publicado um artigo escrito por Adilson Ventura, em 25 de fevereiro de 1968, com o seguinte título “Educação de Excepcionais e a Sociedade, Aspectos da Educação Especial em Santa Catarina”. De fato, trata-se de uma sequência de artigos com o título “Educação dos Excepcionais e a Sociedade”, em que foram abordados alguns aspectos da educação especial em Santa Catarina. O texto inicia dizendo que em nosso Estado, quando se tratava de educação, tinha-se apresentado um enorme grau de desenvolvimento nos últimos 10 anos em comparação aos outros estados brasileiros. Pois quando se refere à educação especial, teve início com a criação da Divisão de Ensino Especializado da Secretaria de Educação e Cultura em 1961. Essa pode contar com diversas atividades, como, por exemplo, a participação em congressos, cursos de especialização, campanhas nacionais, aquisição de material adequado, doação de óculos para as crianças, criação e organização de biblioteca em Braille. Para além disto, a Divisão ainda mantinha vínculo com diversas instituições voltadas à educação e orientação das pessoas com deficiência, em todo o estado. O autor registra que estava previsto

para aquele ano ainda, a criação de novas classes especiais para Educação de Deficientes Auditivos nas cidades de Curitiba e Itajaí, bem como a reinstalação da Classe Especial de Blumenau. Adilson Ventura aponta que desde a criação da Divisão de Ensino Especial vinha sendo realizado um trabalho moderno aos excepcionais, e que era apenas necessário mais apoio do poder público em relação ao material, de modo a atingir o pleno desenvolvimento dos programas educacionais aos “excepcionais” (VENTURA, 1968, p.29). Ou seja: “O Decreto Estadual nº 692 determinou que o funcionamento das Escolas de Educação Especial ocorresse em parceria com as escolas da iniciativa privada” (SANTA CATARINA, 2018, p. 29). Este Decreto Estadual realizada uma parceria com a iniciativa privada, eles iriam prestar o atendimento e o Estado iria prover os profissionais para atender a essas crianças. Em concordância disso, Mazzotta (1996) favoreceu dessa forma aumento significativo no número de instituições de atendimento à educação especial de caráter privado e filantrópico.

Já no ano de 1967 os integrantes da APAE de Florianópolis se reuniram para a criação de um “anteprojeto” para a criação da FCEE. A partir da Lei de nº 4.156, regulamentada pelo Decreto nº 7.443 de 2 dezembro de 1968, a Fundação Catarinense de Educação Especial foi criada em 6 de maio de 1968. O primeiro presidente da FCEE foi Manoel Boaventura Feijó, que também foi o fundador da APAE de Florianópolis. Permaneceu à frente da FCEE até 1973.

A organização da FCEE era composta a partir do modelo clínico-educacional, com base no qual possuía uma equipe multidisciplinar formada por pedagogos, pediatras, psicólogos, fisioterapeutas, e serviço social (FCEE, 2018 p.32). Segundo se verifica, o modelo clínico-educacional é um olhar orgânico, de segregação para a deficiência, e que muitas vezes orientava o trabalho docente naquele período, no sentido do que fazer com aquele estudante superasse limites biológicos.

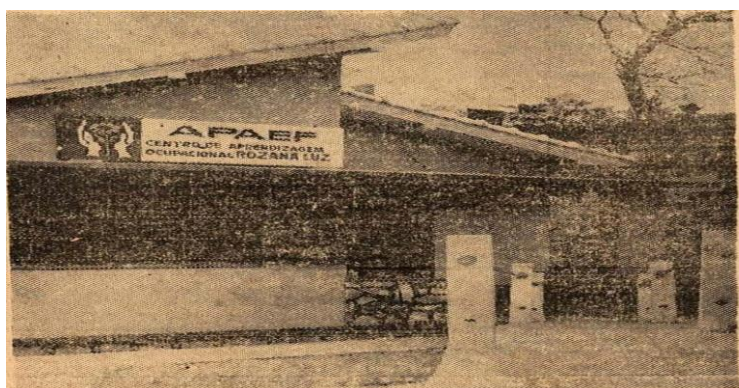
Na vertente médico-pedagógica, o trabalho pedagógico sofria influências diretas da área médica, tendo o médico papel preponderando na organização dos serviços educacionais destinados aos alunos com deficiência. Jannuzzi (2006, p. 31) afirma que —o despertar dos médicos neste campo educacional pode ser interpretado como procura de respostas ao desafio apresentado pelos casos mais graves, resistentes ao tratamento exclusivamente terapêutico. Nesse sentido, os médicos orientavam o trabalho pedagógico com objetivo de reabilitar os sujeitos com indicativos de

comprometimentos biológicos. O paradigma de atendimento clínico se sobrepunha a uma proposta de trabalho pedagógico, centrando-se nas causas orgânicas e utilizando teorias de aprendizagem sensorialista. As atividades eram direcionadas à reabilitação e habilitação da deficiência a partir dos conhecimentos da fisiologia e da neurologia. (LEHMKUHL, 2011, p. 72).

Por sua vez, agora de acordo com Moraes (2002, p. 63), nesse período, a FCEE ainda não contava com sua estrutura física própria para o seu funcionamento, e por conta disso, contava com vários imóveis alugados para que pudesse realizar seus atendimentos nem sempre com as melhores condições para o sujeito com deficiência.

Sobre esses fatores quanto ao atendimento possível àquela época, remetemos a uma rica matéria do jornal *O Estado*, datada de 25 de agosto de 1968, intitulada “Uma lição de altruísmo”, que fala do Centro Ocupacional da APAE de Florianópolis, que nos mostra algumas das características da atenção prestada naquele momento histórico, inclusive com fotografias. Uma dessas fotos, que evidencia a natureza do espaço físico, mostra a sede da APAEF – APAE Florianópolis (Fig. 6). Outras três, que reproduzimos abaixo, mostram crianças em atividades, indicando perspectivas didáticas então adotadas. Notamos que todos os atendidos são do sexo masculino e que há ênfase no sorriso, buscando representar um estado de alegria (Fig. 7). Desse modo, percebemos o quanto o movimento apaeano funcionava, de fato, como um dos alicerces da política de atenção à educação especial em Santa Catarina, o que também justificou a criação da Fundação Catarinense de Educação Especial.

Figura 6 – Sede da APAE Florianópolis em 1968



Fonte: *O Estado*, 25 ago. 1968, p.15.



Figura 7- Aspectos do atendimento na APAE Florianópolis em 1968



Fonte: *O Estado*, 25 ago. 1968, p.15.

Chegando à década de 1970, verificamos que ficou marcada pelo aumento dos serviços das instituições de educação especial de cunho filantrópico e também pela ampliação das classes especiais no ensino regular em Santa Catarina. (Santa Catarina, 2002, p.33). Por meio do Decreto Estadual nº 1.183, a FCEE assumiu a integridade da educação das pessoas com deficiência no estado de Santa Catarina no ano de 1974 (Santa Catarina, 2018, p.37).

No início da década de 1980, temos que a FCEE, na data de 6 de maio de 1982, inaugurou sua sede própria, situada no município de São José. Em seu Livro Ouro traz o depoimento emocionado da pedagoga Elisete da Costa Vieira:

Lembro que éramos como desbravadores, pois quando viemos para o atual campus, viemos em um caminhão da polícia, carregamos os móveis, fizemos tudo, inclusive tivemos que comprar botas para andar pelos campus, pois a lama vinha quase até o joelho. Havia apenas três horários de ônibus e o ponto final era nas Centrais de Abastecimento de Santa Catarina S/A (CEASA). A presidente da época conseguiu que o ônibus da linha Roçado entrasse no campus para facilitar o deslocamento dos servidores da FCEE. E, quando chovia, tínhamos que ajudar a empurrar o ônibus que ficava atolado. (HERBERT, 2018, p. 57).

Ainda nesse período, a FCEE alinhava uma política de Educação Especial buscando desejando a articulação entre ensino regular e a educação especial, por intermédio da ampliação do número de serviços na rede regular pública estadual de ensino, como as classes especiais, e no final da década com a implantação e implementação das salas de recursos, principalmente para alunos cegos, com baixa-visão e surdos da rede estadual. (LEHMKUHL, 2011, p. 88 *apud* SANTA CATARINA, 2002, p. 42). Contudo, um aspecto que gerou controvérsias foi a instituição da matrícula compulsória das pessoas com deficiência na rede regular de ensino, relacionada à criação das chamadas salas de recursos para dar suporte aos docentes que então passariam a lidar com essa perspectiva inclusiva.

No ano de 1988 o governo do estado de Santa Catarina instituiu a matrícula compulsória, que obrigava a inserção de pessoas com deficiência na rede regular de ensino. Em decorrência disso, foram implantadas duas salas de recursos para deficientes sensoriais (deficientes visuais e auditivos) na UNEDI/FCEE, que tinham como objetivo dar suporte técnico-pedagógico aos professores da rede estadual. (SANTA CATARINA, 2018, p. 67)

Em conformidade com o próprio livro ouro da FCEE, essa medida repercutiu de maneira negativa entre os familiares dos deficientes mentais, pois estava causando medo, insegurança e incertezas; Afinal, não se possuía professor auxiliar para esse período. Uma fonte relata que os deficientes auditivos e os visuais foram aos poucos esvaziando a FCEE, num movimento contrário ao dos deficientes mentais que num período frequentavam a escola regular e em outro iam para a FCEE (HERBERT, 2018, p. 67).

Ainda de acordo com Lehmkuhl (2011), chegando à década de 1990, a FCEE ainda estava um pouco ausente do ensino regular, o que determinou um período marcado pela formação continuada ofertada em diversas regiões de Santa Catarina. Ainda tomando como referência o Livro Ouro, verificamos os indicativos de que, nesse período, o que se busca evidenciar são essas formações.

Em consequência da descentralização das ações, ocorreu um movimento de deslocação das equipes técnicas da FCEE para as diferentes regiões de Santa Catarina, a fim de prestar assessoramento e organizar a formação dos professores da sala de recursos, dos integradores de Educação Especial e especialistas das escolas. Esse período ficou marcado pela

quantidade expressiva de formação continuada de professores para as escolas especiais e também voltada para os professores que atuavam nas salas de recursos e apoio pedagógico e integradores de Educação Especial (SANTA CATARINA, 2002). (LEHMKUHL, 2011, p.94)

Nessa época, temos que o símbolo da FCEE foi criado pela pedagoga Elizete Maria Wolff da Costa. Já o denominado projeto Saudação foi criado em 1992, e levava atendimento psicopedagógico aos internos com deficiência intelectual do Hospital Psiquiátrico Colônia Santana (SANTA CATARINA, 2018, p. 71). E em 1996 temos que é exarada a Resolução 01/1996 do Conselho Nacional de Educação de Santa Catarina, que criou as salas de recursos para atendimento aos alunos com deficiência na rede regular de ensino (SANTA CATARINA, 2018, p. 78).

Nesse sentido, vemos que o processo histórico conjuga aspectos dos paradigmas indicados por Romero e Souza (2008), com a passagem do modelo paradigmáticos da institucionalização, para aquele que, sob a perspectiva da “inclusão social”, representa o “paradigma de suporte”, segundo o qual é uma característica do humano a existência de diferenças entre as pessoas, admitindo-se que as deficiências fazem parte do meio ecológico e, sendo assim, a sociedade é que deve proporcionar os serviços necessários aos deficientes, permitindo seu acesso à cultura e aos variados ambientes – a acessibilidade -, o que também implica em modificações nas estruturas e currículos escolares, colaborando também para a eliminação dos preconceitos.

Mais contemporaneamente, a legislação, sob a forma da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional, conhecida popularmente como Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, vem com a intenção de trazer alguma garantia de melhor qualidade e equidade no ensino brasileiro. Entre os aspectos que ali constam, garantindo uma série de direitos sobre o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência na escola regular.

Segundo Castro (2007. p.5), é justamente a lei geral da educação que, por sua vez, deve manter abertas as oportunidades de acesso à educação e à melhoria da sua qualidade. Ainda de acordo com seus argumentos, a abrangência do atendimento para a educação infantil foi um ganho nessa direção.

Entre as inovações da LDB de 1996, também merece destaque o conceito de educação básica, etapa educacional formada pela educação infantil (de zero a três anos, em creches ou entidades equivalentes; de quatro e cinco anos, na pré-escola), pelo ensino fundamental (nível obrigatório, por força da Constituição Federal, recentemente estendido para nove anos de duração – portanto, na idade regular, para crianças e jovens de seis a catorze anos de idade) e pelo ensino médio (de universalização progressiva, segundo a Constituição Federal, com duração mínima de três anos – na idade regular, para jovens de quinze a dezessete anos). Convém acrescentar que coube à LDB de 1996 a iniciativa de trazer as creches para o sistema educacional, instituições tradicionalmente perdidas entre os setores de educação e de assistência social, constituindo-se, por vezes, como terra-de-ninguém. (CASTRO, 2007, p. 5).

Ou seja, podemos afirmar que a nova LDB foi de extrema importância para a história da educação nacional, já que ela também traz em sua estrutura determinações que orientam o processo de inclusão do aluno com deficiência.

Sobre o que esta lei nos traz, temos que a LDB 9.394/96, apresenta, pela primeira vez, a educação especial como uma modalidade escolar. Especificamente, contempla mais aspectos que vão nortear a educação especial no capítulo V. Pois neste capítulo podemos contar com três itens, a saber os artigos 58, 59 e o 60, com tal natureza. Vejamos o que cada um deles nos apresenta.

No artigo 58 se verifica que a educação especial deve ser ofertada preferencialmente na rede regular de ensino. No primeiro parágrafo consta que, quando necessário, o estudante poderá contar com o apoio especializado na escola regular. Já o segundo parágrafo aponta que o atendimento pode ser realizado em classes, escolas ou serviços especializados, conforme a necessidade do estudante. E no último parágrafo desse artigo se apresenta que a educação especial deve ser ofertada pela rede estadual, e que se inicia dos zero aos 6 anos de idade: “§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular (BRASIL, 1996, art. 58).

O artigo 59, por sua vez, reza sobre o que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos. Orienta que tenham currículo, métodos, recursos educativos, enfim, organização para atender as necessidades daquelas pessoas

com deficiência. Apresenta também o direito de se possuir um tempo próprio e variável para a conclusão do ensino fundamental, seja por não conseguir alcançar o nível esperado, ou ainda considerando-se a possibilidade de existir um programa de aceleração para os superdotados, por exemplo. Além disso, há que se ter professores com formação adequada em nível médio ou superior, tanto para o atendimento especializado quanto para aquele conjugado ao ensino regular. Ou seja: “Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder público (BRASIL, 1996, Art. 60.)”.

Voltando, novamente, nossa atenção para a organização da Fundação Catarinense de Educação Especial, vemos que, segundo o seu Livro Ouro, vem ao encontro do que preconiza a LDB 9.394/96. Por conseguinte, a FCEE exerce seu papel na estruturação dos serviços de atendimento às pessoas com deficiência, com diagnóstico de Atraso Global do Desenvolvimento, Transtorno do Espectro Autista, Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade e Altas Habilidades/Superdotação e na formação de professores para a área de Educação Especial, no âmbito estadual, e detém a responsabilidade na prestação de serviços e na definição de políticas da Educação Especial (HERBERT, 2018, p.16).

## Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo analisar a construção histórica da criação da Fundação Catarinense de Educação Especial, considerando aspectos no entorno do âmbito cronológico entre 1968 a 1996, com base numa pesquisa de caráter de análise documental e bibliográfico.

Com base nos referenciais estudados, no primeiro capítulo apresentamos os elementos em uma breve linha histórica de abordagem da questão da educação especial, abrangendo desde o período imperial até a década de 1970. Neste caso, além de verificar as características das instituições que foram sendo criadas, pudemos compreender a movimentação social e a visibilidade que os deficientes e as questões de seu atendimento ganharam ao longo dos anos. Quanto ao Brasil, vimos que vinha caminhando no sentido da integração, ou seja, preparar o deficiente para viver em sociedade, para a sua independência e para o trabalho (ROMERO; SOUZA, 2008 p. 3094).

Já com relação ao estado de Santa Catarina, vimos que houve o funcionamento das instituições psiquiátricas para tratamento dos deficientes mentais, sob o entendimento da necessidade dos serviços de segurança e saúde pública recolherem os internos do convívio social para amenizar o sofrimento e para proteger o meu social. Os autores Maluf e Brito (2020, p.57) apresentam que após esse período foram criadas as “Residências Terapêuticas” que serviam como lar para os internos que haviam perdido o contato com seus familiares.

Portanto, historicamente a situação da pessoa com deficiência foi marcada por inúmeras batalhas, incluindo movimentos de resistência de seus familiares e apoiadores. Notadamente, percebemos que naquele período se entendia que a pessoa com deficiência intelectual deveria ficar afastada do convívio em sociedade, devendo sendo encaminhada aos hospitais psiquiátricos e/ou orfanatos.

No segundo capítulo mostramos, com base na imprensa, um movimento que houve em Florianópolis, inspirado por outras dinâmicas do cenário nacional, para criação da APAE e sua posterior manutenção. Por meio das fontes apresentadas e analisadas neste trabalho, é possível compreender que uma parcela da sociedade

estava empenhada em fazer com que a APAE fosse um sucesso. Havia movimentação de grupos de mulheres da denominada “alta sociedade”, com apoio dos colunistas da imprensa local, que realizaram atividades para angariar fundos, de início para a causa da criação das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais.

E, por fim, demonstramos que a Fundação Catarinense de Educação Especial surgiu também pela necessidade, que foi sendo indicada notadamente do período da década de 1960, de se ter um órgão para acompanhar e orientar o trabalho com os deficientes, o que implicou em investimentos em instituições e na formação de profissionais para o atendimento.

Chegando aos anos 1990, com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), vemos que ela então assume a educação especial como uma modalidade escolar, sendo que ela pode ser ofertada na rede regular de acordo com as condições desse educando. Orienta, ainda, que haja recursos, método, currículos e organização para atender esse educando. Destarte, LDB 9.394/96 também preconiza a questão da necessidade de formação qualificada aos professores que trabalham com a educação especial, seja na rede regular de ensino, seja no atendimento educacional especializado.

Considerada essa dinâmica histórica, que foi apresentada conforme alguns elementos constituintes, verificamos que desde sua origem, no ano de 1968, a Fundação Catarinense de Educação Especial vem atuando no sentido de amalgamar suas políticas e as práticas que orienta aos avanços do campo educacional quanto ao atendimento às pessoas com deficiência, notadamente considerando o ambiente escolar como um dos locais essenciais para a inclusão.

## Referências e Fontes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DÁ A TUBARÃO A RECEITA DO PROGRESSO. *O Estado*, 24 mar. 1968.

APAE É DE UTILIDADE PÚBLICA. *O Estado*, 22 ago. 1967, p.1.

APAE FAZ CAMPANHA PARA ANGARIAR FUNDOS. *O Estado*, 23 ago. 1970, p.9.

APAEF (Procura). *O Estado*, 111 abr. 1967, p.2.

APAE REUNE-SE PARA AQUILATAR BIÊNIO. *O Estado*, 18 ago. 1966, p.1.

ASPECTOS DO ATENDIMENTO NA APAE FLORIANÓPOLIS EM 1968. *O Estado*, 25 ago. 1968.

BARTOLOMEU, Lázaro. Radar na Sociedade. *O Estado*, 8 ago.1966, p.2.

BORGES, Viviane Trindade. Um “depósito de gente”: as marcas do sofrimento e as transformações no antigo Hospital Colônia Sant’Ana e na assistência psiquiátrica em Santa Catarina, 1970-1996. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.20, n.4, out.-dez. 2013, p.1531-1549.

BOMFIM, Octavio. MINHA ESPERANÇA É VOCÊ. *O Estado*, Florianópolis, 2 dez.. 1964, p.8.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996*. BRASIL.

BUENO, José Geraldo Silveira. *Educação Especial Brasileira: integração / segregação do aluno diferente*. São Paulo: EDUC, 1993.

CASTRO, Marcelo L. Ottoni de. *A Educação Brasileira nos dez anos da LDB*. Consultoria Legislativa do Senado Federal. Brasília. 2007.

CARTA À A.P.A.E.. *O Estado*, Florianópolis, 31 ago. 1965, p.5.

COIMBRA, Maria da Conceição de Sales. A.P.A.E. *O Estado*, Florianópolis, 18 set. 1964, p.2.

EXCEPCIONAIS TERÃO ESCOLA NA CAPITAL. *O Estado*, Florianópolis, 12 mar. 1969, p.8.

GALVANI, M. D. ., & VINENTE, S. Encaminhamento de estudantes com deficiência aos serviços de Educação Especial em Manaus: quais os critérios?. *Ensino Em Re-Vista*, 27(2), 746–768, 2020. <https://doi.org/10.14393/ER-v27n2a2020-16>



GARCIA, Jabes. Notícias de Tubarão Inaugurada escola para crianças retardadas.

*O Estado*, 15 jun. 1967, p.5.

<https://www.apae.floripa.br/site/>

GOMES, Allan Henrique; PASQUALOTO, Mariana Zobot; BAPTISTA, Lilian Vegini. A loucura na cidade de Joinville no século XX: o paradigma indiciário como proposta metodológica de pesquisa em psicologia. *Revista Confluências Culturais*, v.5, n.1, 2015, p.81-95.

HERBERT, Loiva Lúcia (Org.). FCEE 50 anos: uma história de inclusão: 1968-2018. Santa Catarina: Secretaria de Estado da Educação. Fundação Catarinense de Educação Especial. FCEE, Coan, 2018.

KOERICH, Ana Maria Espíndola. *Hospital Colônia Sant'Ana: reminiscências dos trabalhadores de enfermagem (1951- 1971)*. 2008. 110 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

KUPCZYK, Maria Cristina. *Histórico da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE do Município de Guaratuba - de sua fundação aos dias atuais*. Universidade Federal do Paraná. Setor Litoral. Curso de Especialização em Questão Social Pela Perspectiva Interdisciplinar. 2016.

LEÃO JÚNIOR, Wandelcy; GATTI, Giseli Cristina do Vale. História de uma instituição educacional para o deficiente visual: o Instituto de Cegos do Brasil Central de Uberaba (Minas Gerais, Brasil, 1942-1959). *Revista História da Educação*, v. 20, n. 50, set./dez. 2016.

LEHMKUHL, Márcia de Souza. *Educação Especial e Formação de Professores em Santa Catarina: vertentes médico-pedagógica e psicopedagógica como base da formação continuada*. [Dissertação] / Márcia de Souza Lehmkuhl; Florianópolis, SC, 2011.

MACHADO, ZURY. Acontecimentos Sociais. *O Estado*, Florianópolis, 28 mar. 1967, p.2.

MACHADO, ZURY. Acontecimentos Sociais. *O Estado*, Florianópolis, 5 nov. 1964, p.2.

MACHADO, ZURY. Acontecimentos Sociais. *O Estado*, Florianópolis, 6 nov. 1964, p.2.

MACHADO, ZURY. Acontecimentos Sociais. *O Estado*, Florianópolis, 17 nov. 1964, p.2.

MACHADO, ZURY. Acontecimentos Sociais. *O Estado*, Florianópolis, 1º. dez. 1964, p.2.

MENDES, Enicéia G. Breve histórico da educação especial no Brasil. *Revista Educación y Pedagogía*, v.. 22, n. 57, mayo-agosto, 2010.

MEU FILHO É RETARDADO MENTAL, QUE FAZER? *O Estado*, Florianópolis, 23 ago. 1967, p.3.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. Educação especial no Brasil: desenvolvimento histórico. *Cadernos de História da Educação*, n. 7, jan./dez. 2008, p. 29-44.

MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. *Política educacional*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

QUE QUER DIZER APAE. *O Estado*, Florianópolis, 9 ago. 1964, p.2.

RAFANTE, H. C.; SILVA, J. H.; CAIADO, K. R. M.. A Federação Nacional das APAES no contexto da ditadura civil-militar no Brasil: Construção da hegemonia no campo da educação especial. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 27(64), 2019.

RECITAL DA BANDA DA PM CONVITE. *O Estado*, Florianópolis, 25 set. 1964, p.?.

ROMERO, Rosana Aparecida Silva; SOUZA, Sirleine Brandão de. Educação inclusiva: alguns marcos históricos que produziram a educação atual. *CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO*. EDUCERE. 2008.

SANTA CATARINA. *Avaliação do processo de integração de alunos com necessidades especiais na rede estadual de ensino de Santa Catarina no período de 1988 a 1997*. SED/FCEE, São José: FCEE, 2002.

SANTA CATARINA. *Política de Educação de Surdos no Estado de Santa Catarina*. Fundação Catarinense de Educação Especial, São José, 2009.

SEDE DA APAE FLORIANÓPOLIS EM 1968. *O Estado*, 25 agosto de 1968.

